

RETROCESSOS E CONTRARREFORMA EDUCACIONAL: um ensaio sobre exclusão social em tempo de golpes

Lucília Augusta Lino

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Maria da Conceição Calmon Arruda

Fundação Oswaldo Cruz,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

O ensaio propõe uma análise do processo de contrarreforma da educação implementado pelo governo Temer, entendendo que o golpe de Estado em curso intensificou processos de exclusão das camadas populares e retirada de direitos. O desmonte da educação pública, marcado por forte controle da gestão e do currículo e redução de investimentos, atende a um projeto de país e de educação descomprometidos com a superação das desigualdades socioeconômicas e submisso aos interesses do grande capital, colocando o Brasil em uma posição de subalternidade na divisão internacional do trabalho. Neste trabalho, analisamos o momento atual contrapondo-o com o texto 'O 18 de Brumário de Luís Bonaparte' de Karl Marx sobre o golpe de Estado de 1851, na França. Além disso, comparamo-lo brevemente com o golpe de 1964 no Brasil, visando a ampliar nossa reflexão.

Palavras-chave: Reformas educacionais; exclusão; identidade.

POLITICAL RETROCESSES AND EDUCATIONAL REFORM: a test on social exclusion in times of coups

Abstract

This essay proposes a critical analysis of the counter-reform process that has been implemented since the rising of Michel Temer to power, based on the understanding that the ongoing coup d' état has intensified the process of exclusion of the popular classes in their access to education, aggravated by the withdrawal of their social rights. Today, we observe the dismantling of public education – marked by a strong control of management and curricula plus the reduction of investments – is part of an uncompromised country project that subordinates education to enormous socioeconomic and submissive inequalities that complies with the interests of the great national and international capital, thus bequeathing the country a lesser role in the international labor division. In this paper, we analyze the current situation by contrasting it with Marx's "The 18th of Brumaire of Louis *Bonaparte*" about the coup d'etat of 1851, in France, comparing it briefly with the 1964 coup in Brazil, in order to broaden our thinking.

Keywords: Educational reforms; exclusion; identity.

RETROCESOS Y CONTRA-REFORMA EDUCACIONAL: un ensayo sobre exclusión social en tiempo de golpes

Resumen

El ensayo propone el análisis del proceso de contra-reforma implementado por el gobierno Temer, entendiendo que el golpe de Estado en curso intensificó procesos de exclusión de las clases populares y retirada de derechos. El desmonte de la educación pública, marcado por un fuerte control de la gestión y del currículo y reducción de la inversión pública, atiende el proyecto de país y educación descomprometido con la superación de las desigualdades socioeconómicas y sumiso a los intereses del gran capital, destinando el país a la subalternidad en la división internacional del trabajo. En este trabajo analizamos el momento actual contraponiéndolo con el texto 'El 18 de Brumario de Luis Napoleón' de Marx sobre el Golpe de Estado de 1851 - en Francia, y comparándolo brevemente con el Golpe de 1964, en Brasil, buscando ampliar nuestra reflexión.

Palabras clave: Reformas educativas; exclusión; identidad.

Introdução

Este artigo propõe uma análise crítica da reforma educacional que vem sendo implementada desde a assunção de Michel Temer à Presidência da República. Entendemos que essa reforma, aliada a outras ações governamentais no campo econômico, fiscal, trabalhista e previdenciário, desenha um cenário de retirada de direitos sociais que atinge principalmente aqueles que vivem do trabalho e os menos favorecidos economicamente.

Hoje presenciamos ataques cotidianos à democracia advindos dos três poderes, com ações típicas de estados de exceção¹, em nome de um parcial combate à corrupção e da priorização de ajustes fiscais e da 'pseudoretomada' do crescimento econômico, estrondosamente divulgadas na grande mídia. Tais

¹ Segundo Valim (2017), o que caracteriza o Estado de Exceção seria a necessidade de transgredir ou suspender regras jurídicas para o enfrentamento de um determinado perigo. Dessa forma, o contexto social justificaria a adoção de um conjunto de prerrogativas para o Poder Executivo enfrentar situações anômalas: grave instabilidade institucional ou calamidades de grandes proporções, o estado de exceção permite 'a progressiva substituição da política por formas de controle social, entre as quais a violência física aberta', em que 'a total suspensão da ordem existente' pode ocorrer, assim, 'parcelas de poder, lícita ou ilícitamente, escapam aos limites estabelecidos pelo Estado de Direito'.

ações são apresentadas como justificativas para a reconfiguração de direitos trabalhistas e previdenciários e para o desinvestimento na educação, na saúde, no transporte e na segurança pública, entre outros serviços públicos essenciais.

Consideramos que o desmonte das políticas educacionais, marcadamente inclusivas e democratizantes, que marcaram os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, evidencia-se principalmente nas ações de desfinanciamento e de cortes de verbas e na edição de medidas legais que revogam ou tornam sem efeito políticas anteriores.

Além do evidente retrocesso político e social, consideramos que essas ações somente seriam possíveis em um cenário de instabilidade política, o qual justifica a adoção de medidas de exceção. Neste ensaio, defendemos que o elemento propulsor do golpe de Estado não foi a crise econômica ou a corrupção, como alardeado, mas a reação da burguesia e dos seus aliados às conquistas de direitos sociais por uma parcela da população excluída historicamente da cidadania.

Nosso pressuposto é que esse conjunto de medidas configura uma contrarreforma educacional, o que intensifica o processo de exclusão das camadas populares do acesso à educação e obstaculiza o pleno exercício de direitos civis dessas pessoas.

Sob essa ótica, entendemos que a educação, ou a (não) educação, tem um papel importante. Isso justificaria a pressa em editar medidas que comprometem o seu potencial na redução das desigualdades sociais e na construção de uma identidade do 'povo brasileiro' menos submissa aos interesses das camadas dominantes. As conquistas democráticas despontam como ameaças e devem ser subsumidas.

Para dar conta de nossos objetivos, dividimos o artigo em quatro partes. Após a presente, de caráter introdutório, situamos o problema e sustentamos que a concepção de educação do Governo Temer dialoga com uma noção restrita de escolarização para as camadas populares. Tal noção não é nova, mas reedita modelos de organização da educação que historicamente se impuseram ao conjunto da população, sendo que a singularidade atual é que, ao limitar o direito dos de baixo à educação, o governo Temer também restringe a possibilidade do país se (re)posicionar na divisão internacional do trabalho. Trazemos para o debate a questão da construção histórica de uma identidade nacional que desconsidera as demandas das camadas populares, silenciadas e descartadas de projetos políticos dominantes, tendo como principal interlocutor Jessé de Souza (2009). A seguir, guardadas as diferenças históricas e temporais, discorreremos sobre a análise de Marx sobre o Golpe de Luís Bonaparte na França de 1851, de modo a ilustrar que, tanto ontem como hoje, o que move a burguesia é a defesa de seus interesses e não um projeto coletivo. Ainda nessa sessão, de importância capital para o ensaio, contrapomos o momento atual com o golpe de 1964 na tentativa de demonstrar que os golpes citados têm em comum a defesa de um projeto de sociedade da burguesia e a anulação das conquistas sociais da classe trabalhadora. Na última parte, finalizamos com breves e inconclusivas considerações apontando que a complexidade do momento que o país atravessa, com impactos negativos e ainda subdimensionados na educação, exige mais reflexões profundas.

O problema: a quem interessam as contrarreformas?

Os anseios populares de ampliação de processos de democratização e de combate às desigualdades sociais, sufocados durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), tornaram-se constitucionais em 1988, incluindo na letra da lei direitos sociais que, entretanto, não foram efetivados ao longo dos

governos neoliberais que dominaram a política nacional na década de 1990. Com a mudança dos rumos políticos e com a assunção pela via eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal a partir de 2003, presenciamos a adoção de medidas que contemplaram, ainda que parcialmente, essas aspirações de ampliação da inclusão social.

Apesar de não efetuar alterações substanciais na política econômica, o Governo Lula possibilitou que milhões de brasileiros saíssem da miséria². Nesse momento, os programas sociais de renda mínima e tantas outras ações inclusivas tiveram papel importante e ampliaram o acesso à escolarização, inclusive no ensino superior, de segmentos historicamente excluídos.

Tais ações foram alvo de intensa oposição de setores políticos ligados à burguesia e objeto de propaganda negativa por parte da grande mídia, em especial o programa bolsa família e as ações afirmativas nas universidades públicas. Considerando essas reações, podemos inferir que a urgência em desmontar políticas educacionais inclusivas desponta como interesse não manifesto do movimento golpista, dentro da aversão que as elites econômicas, apoiadas pelas camadas médias que hegemonomizam a política brasileira, alimentam contra o que consideram agendas esquerdistas e que a Constituição federal sagrou como direitos de cidadania. Por conseguinte,

Desde o impeachment de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer, o desmonte do Estado de Direito avança, a soberania nacional escoia pelo ralo da história e,

² Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a pobreza no Brasil foi reduzida de 24,7% em 2002 para 8,5% em 2012 e a extrema pobreza caiu de 9,8% para 3,6% no mesmo período. Esse resultado fez com que o país cumprisse a meta estabelecida nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de reduzir pela metade o número de pessoas que passam fome. Fonte: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/343719/>. Segundo o relatório global “Estado da Insegurança Alimentar 2015” (SOFI), publicado por três agências da ONU, os programas “Fome Zero” e “Bolsa Família” foram “cruciais para alcançar um crescimento inclusivo no país”. Em 2012, o Brasil alcançou as duas metas da ONU de redução das taxas de fome: cortar pela metade o número de pessoas passando fome e reduzir esse número para menos de 5% da população. Fonte: <https://nacoesunidas.org/crescimento-da-renda-dos-20-mais-pobres-ajudou-brasil-a-sair-do-mapa-da-fome-diz-onu/>.

em nome de um pseudocombate à corrupção, liderado por juízes de primeira instância, assistimos atônitos ao maior ataque à classe trabalhadora da era Republicana e ao completo desrespeito à Constituição Federal de 1988. (OLIVEIRA; ASSIS; LIMA; 2017, p. 507).

Podemos afirmar que uma das singularidades da burguesia brasileira, que orquestrou o golpe, é que ela vive como se fosse possível expropriar o conjunto da população de seus direitos, subordinando-o aos seus interesses, sem ser afetada pela realidade que ajuda a forjar. Nesse sentido, dialogamos com a análise de Jessé Souza (2009) sobre a aparente dissociação histórica das elites do Brasil concreto, ou do Brasil da Ralé.

Jessé Souza (2009) afirma que a compreensão da identidade nacional no Brasil contemporâneo é devedora da dificuldade das elites nacionais em construir uma identidade positiva do/com o país. É como se elas não se reconhecessem na realidade do país pobre, atravessado por problemas sociais, cuja população, descendente de escravos, tem pouca ou nenhuma escolarização, além de baixa qualificação para o trabalho. Justifica-se, desse modo, seu “complexo de inferioridade, especialmente em relação à Europa, ideal e sonho inatingível de toda a elite culta”. (SOUZA, 2009, p. 35).

Ora, a legitimação da identidade nacional de um povo pressupõe a construção de uma noção de comunidade compartilhada que permite a tessitura do sentido de nação, ainda que se entenda essa identidade como uma construção histórica e afinada com a visão de mundo e de país das elites políticas, econômicas e culturais. Como exemplo, temos as questões étnico-raciais, em que o racismo científico do século XIX cedeu lugar à valorização da miscigenação nacional como componente singular de nossa riqueza cultural durante o Estado Novo. Contudo, não abalou o racismo historicamente construído que marcou a sociedade brasileira de forma mais ou menos mascarada pelo mito da democracia racial. Hoje, vemos que o ‘racismo’ não foi superado, mas

encontrava-se adormecido ou camuflado. Agora ele ressurg³ contra as conquistas dos últimos anos, em especial, contra as ações afirmativas.

É importante salientar que a construção do mito da brasilidade pelas elites políticas alicerçou-se em uma “autoridade científica” que deu credibilidade às ideias e aos valores propagados. A tradição social e antropológica brasileira consolidou a sua concepção de brasilidade dissociada do exame da desigualdade econômica e social, a qual legitimou de certa forma. Como sustenta Souza (2009, p. 71), a materialização da política está intimamente ligada com a “autoridade científica” para falar sobre os assuntos públicos.

Nesse cenário, temos a produção de um falso consenso pela manipulação da opinião pública, explicando o montante de recursos públicos dispendidos em propaganda. O Governo investe pesadamente na mídia para convencer a população da importância, da necessidade e dos benefícios das reformas propostas. Souza (2009, p. 71) nos ajuda a entender o processo de manipulação da opinião ao demonstrar que a propaganda institucional utiliza “ideias [que] já (...) [habitam] o ‘imaginário social’ do brasileiro” e que são reproduzidas cotidianamente “nas famílias por pessoas que amamos, e na escola e nas universidades, por pessoas que respeitamos”. Assim, sem maiores questionamentos ou reflexões, a aceitação dessas ideias é facilitada, pois aqueles que deveriam criticar o senso comum e seus automatismos, como os professores universitários, por exemplo, reforçam-nos. Para superação desse problema é importante “reconstruir, desde sua gênese, o fio condutor que esclarece por que certas “interpretações do mundo” ganharam vida e outras não” (SOUZA, 2009, p. 51).

³ Manifestações racistas em estádios de futebol e nas competições estudantis, assim como injúrias raciais nas redes sociais dirigidas a celebridades são alguns exemplos divulgados pela mídia, que, entretanto, não é capaz de contemplar as agressões cotidianas sofridas pela população.

A compreensão da essência desse fenômeno e a construção de uma concepção teórica que nos permita desvendá-lo “implica uma percepção radicalmente nova dos problemas centrais que desafiam o Brasil como sociedade” (SOUZA, 2009, p. 25). O ‘debate intelectual e público brasileiro’ contribui para a persistência de consensos sociais que viabilizam a persistência de interpretações que naturalizam as desigualdades socioeconômicas e culturais historicamente constituídas e justificam a subcidadania, aceitando produzir “gente” de um lado e “subgente” de outro (SOUZA, 2009, p. 24).

Quando esses consensos sociais elegem como “temas dignos” de atenção problemáticas que afetam o cotidiano da maioria da população (educação e saúde, por exemplo), a metodologia e o arcabouço teórico a partir dos quais esses temas são estudados não propiciam as condições necessárias para o seu enfrentamento e a sua superação. Essa concepção de brasilidade impacta análises políticas também equivocadas e que não apontam para soluções viáveis no combate às desigualdades.

Essa incompreensão da realidade social brasileira contribui para a reprodução da desigualdade social e para a naturalização da polarização que se estabelece entre incluídos x excluídos, subvertendo a própria lógica da cidadania burguesa de igualdade civil. Logo, não há um vínculo entre o crescimento econômico e a superação da desigualdade social, afinal, essa conexão não está posta na sociedade brasileira, a qual foi modernizada pelo alto.

Por conta disso o progresso econômico é percebido, ainda hoje, como uma panaceia para resolver problemas como desigualdade, marginalização e subcidadania. Existe, em países como o Brasil, uma crença “fetichista” no progresso econômico, que faz esperar da expansão do mercado a resolução de todos os nossos problemas sociais”. (SOUZA, 2009, p. 59).

Jessé Souza (2009) afirma que a tradição sociológica brasileira (esquerda e direita) 'jogou para debaixo do tapete' a problemática da escravidão e as condições socioeconômicas e culturais que ela forjou. Esqueceu-se também da forma como se deu o processo de libertação dos escravos e, por isso mesmo, desresponsabiliza seus exploradores e o Estado de quaisquer contrapartidas ou reparações. Essa lógica perversa contaminou profundamente a sociedade brasileira e se materializou de diversas formas nas relações entre os detentores do poder econômico, cultural e político e os abandonados da vez. A concretização dessa contaminação é evidente nas críticas às propostas e às medidas de cunho compensatório. Consideramos que esse seja um dos panos de fundo da aversão às políticas inclusivas adotadas pelos governos Lula e Dilma, em especial as que se referiam às cotas nas universidades públicas para afrodescendentes⁴.

Ao eleger o Mercado como sua bússola, as elites brasileiras se distanciaram da construção de um pacto com 'os de baixo' que assegurasse ao conjunto da população "qualidade de vida, serviço médico e educacional", como fizeram as sociais-democracias europeias (SOUZA, 2009, p. 31). Tal distanciamento é escamoteado pela ideologia do mérito individual que perpetua, a um só tempo, privilégios e obstaculiza o exame das condições socioeconômicas, culturais e históricas que engendram e nutrem a 'ralé brasileira'.

Souza (2009) afirma que o mérito defendido pela ideologia liberal se sustenta no tripé privilégio-hereditariedade-mérito. Desse modo, ao alijar o indivíduo das suas condições socioeconômicas e culturais, a ideologia da meritocracia

⁴ Em artigo, Pereira (2008) analisa textos publicados em dois grandes veículos em formato digital (Folha de São de Paulo e O Globo) em 2007 no auge da discussão sobre as ações afirmativas. As matérias se posicionam claramente contra a política de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, utilizando o argumento de que essa ação é inconstitucional, pois fere o princípio da igualdade, e é uma forma de discriminação, dando pouco espaço para argumentos contrários como o bom desempenho dos cotistas após seu ingresso em comparação aos demais estudantes.

encobre a importância dessas condições para o sucesso individual. Além disso, abstrai o fato de que são os privilegiados que têm maiores probabilidades de alcançar o tal mérito, não por um talento inato, mas pelo capital cultural e pelo *habitus* – valores, habilidades e predisposições – que lhes foram transmitidos por suas famílias desde o berço. A maneira como se produz o sucesso dos privilegiados e o fracasso dos excluídos é escamoteada e silenciada.

O ponto principal para que essa ideologia funcione é conseguir separar o indivíduo da sociedade. Nesse sentido, toda determinação social que constrói indivíduos fadados ao sucesso ou ao fracasso tem que ser cuidadosamente silenciada. É isso que permite que se possa culpar os pobres pelo próprio fracasso. (SOUZA, 2009, p. 43).

O perverso é que, se outrora o mérito dos de baixo residia em sua disposição para o trabalho na intenção de superar sua desigualdade material, nas condições postas pelo capitalismo hodierno e pelo uso decrescente da força de trabalho, a ideologia do mérito se desloca para a capacidade do indivíduo em fazer escolhas educacionais que contribuam para sua inserção no mercado de trabalho ou que lhe viabilizem algum tipo de atividade produtiva lícita em um contexto de desemprego estrutural (MÉSZÁROS, 2002).

Por conseguinte, a singularidade da questão social brasileira reside na persistência do alijamento de parte da população “de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social” (SOUZA, 2009, p. 25), o que faz com que a clássica divisão de classe marxista (burguesia x proletariado) perca força explicativa no nosso país, já que um percentual significativo da população foi colocado à margem da dinâmica social.

Nesse cenário, o exército industrial de reserva se amplia em uma dimensão superior a pensada por Marx (1974), haja vista que as inovações organizacionais e tecnológicas permitem ao sistema capitalista não só o uso decrescente da força de trabalho, como também a transferência para o indivíduo da

responsabilidade de estar ou não vinculado a uma atividade lícita geradora de renda⁵. Cabe ao sujeito livre e autônomo fazer as escolhas educacionais adequadas para que possa concorrer aos poucos postos de trabalho disponíveis ou, como apregoa a lógica do empreendedorismo, tornar-se o empresário de si mesmo, omitindo que essa opção está fadada ao fracasso por falta da *expertise* necessária para a maioria dos postulantes.

Nesse contexto, em uma opção preferencial pelo mercado, o governo Temer aprofunda a desregulamentação do Estado para os mais pobres e exalta o mercado como o espaço que irá abrigar e acolher os indivíduos autônomos, empreendedores e livres na construção de um país melhor. O Estado é apresentado como um mau gestor do bem público. Já o mercado é descrito como aquele que tem as características positivas e de sucesso que permitirão a todos optarem pelo melhor. A relação mercado x Estado é apresentada de forma maniqueísta e, dessa forma, o governo Temer semeia o discurso da necessidade do corte de gastos no terreno fértil da concepção dualista de uma sociedade semialfabetizada a qual não questiona as consequências sociais dessa medida⁶.

A concorrência intercapitalista se espalha para o cotidiano dos indivíduos na luta pela sobrevivência. Isso acontece através da venda da sua mão de obra em um

⁵ A Reforma trabalhista empreendida por Temer institucionaliza a precariedade das relações de trabalho. Ela retira do trabalhador brasileiro seu amparo legal, atende às demandas do setor produtivo que anseia por maior lucratividade sem maiores ônus trabalhistas e acena para uma melhora na empregabilidade que não se concretiza. Acentua-se, assim, a exclusão dos trabalhadores do processo produtivo, já que o sistema capitalista não mais requer sua força de trabalho nos parâmetros das décadas anteriores.

⁶ Jesse de Souza sustenta que, “quando essa realidade adulterada e simplificada é ainda repetida por pessoas com a “autoridade da ciência”, que deveriam precisamente criticar os automatismos e os aspectos não refletidos do senso comum, então chegamos a compreender a situação de extraordinária pobreza do debate público e político brasileiro. Por isso, todos falam em “cortar gastos do Estado” como um bem em si, para além de qualquer justificação, porque o Estado, de todo modo, apenas gere mal todos os recursos. Melhor deixar esse dinheiro com o mercado, que gere recursos, por definição, com eficiência. O caro leitor consegue imaginar uma melhor ideologia para a manutenção de privilégios dos que lucram com nossa desigualdade?” (SOUZA, 2009, p. 71).

mercado de trabalho a cada dia mais restrito e exigente na seleção para os poucos postos de que disponibiliza. O atual estágio de desenvolvimento do capital não tem como horizonte a integração do conjunto da população a uma atividade produtiva. A própria divisão internacional do trabalho, por conta da mudança da base técnica, parece não contemplar todos os países, o que coloca os mais pobres ao largo da lógica excludente do sistema capitalista que se espalha para regiões, povos e trabalhadores⁷.

Nos Manuscritos de 1844, Marx (1974) assevera que, na sociedade burguesa, o dinheiro subverte valores e virtudes, transforma a realidade e dignifica o possuidor em detrimento do despossuído, captando não só a lógica burguesa, mas sua hierarquia de valores.

A burguesia nacional, tal qual as elites do Brasil Império e da Primeira República, das quais muitos de seus membros descendem, além de dignificar o possuidor de bens materiais, não se reconhece como espoliadora das camadas populares e ainda culpabiliza os excluídos por sua própria pobreza. Responsabilizando as vítimas da extrema concentração de renda que marca a sociedade brasileira, as elites não reconhecem seu papel na construção do Brasil desigual.

Em razão dessa dissociação, frequentemente vemos a grande mídia, seu principal porta voz, questionando o fato de o Brasil não ter um sistema de saúde ou índices educacionais semelhantes aos de países nórdicos, por exemplo. Questiona-se, ainda, o baixo desempenho dos nossos estudantes nas avaliações internacionais, culpabilizando professores e famílias pelos índices rasteiros que o país apresenta nos *rankings* educacionais.

⁷ De acordo com David Harvey (1996, p. 175), “o retorno da superexploração em Nova Iorque e Los Angeles, do trabalho em casa e do “teletransporte”, bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo”.

Esse discurso não leva em conta o perfil de escolarização da população, a universalização tardia do sistema público de ensino, as condições materiais dos alunos e das próprias escolas, assim como também não considera a desvalorização do magistério, com baixos salários e péssimas condições de trabalho. Esquecem-se, ainda, que, apesar da elevação dos investimentos em educação nas últimas três décadas, esses avanços estão sempre aquém das necessidades de escolarização da população.

A historicização da questão social brasileira é algo que parece incomodar aos liberais. Ao argumentarem em prol da igualdade de oportunidades e da autonomia individual, eles se isentam de discutir os mecanismos de exclusão socioeconômica e cultural e a sua reprodução pela escola, escamoteando o fato de que a produção do sucesso escolar está relacionada a múltiplos fatores como o capital socioeconômico e cultural das famílias. Dentro dessa dinâmica, a expansão e a democratização da escola básica pública é um componente importante, mas não decisivo para que o aluno pobre tenha uma trajetória escolar exitosa.

Outra questão cara ao pensamento liberal é a discussão em torno do dispêndio de recursos do fundo público com a educação da população. A redução dos gastos com direitos sociais e a reconfiguração da educação básica para um padrão de menor qualidade e empobrecimento curricular dialogam com o questionamento da pertinência do Estado financiar a escolarização e a responsabilidade das famílias com o custeio e escolhas educacionais.

Os liberais contemporâneos reconhecem o valor da escolarização mínima e, inclusive, defendem que o Estado deve nortear esse processo. No entanto, questionam o custo desse investimento. Desse modo, em seus projetos indagam a validade do Estado manter escolas próprias (HAYEK, 1983), apontando para

o processo de privatização ou de terceirização da gestão (como as escolas charters⁸). As propostas de mudança na racionalidade organizacional da educação afetam de maneira radical a lógica de gestão e o trabalho na escola pública e intensificam os processos de precarização das condições de trabalho dos profissionais de educação.

A retirada dos direitos e de proteção ao trabalho e ao trabalhador com a aprovação das Leis 13.429/17 e 13.467/17 – contrarreforma trabalhista – é altamente danosa para a classe trabalhadora da cidade e do campo e para os sindicatos de todas as categorias profissionais. A EC 95/2016, que congelou os recursos do Poder Executivo por 20 anos, com implicações diretas na redução de investimentos em saúde e em educação, inviabiliza o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Cabe ainda registrar a entrega das fontes energéticas não renováveis ao capital estrangeiro, abalando o monopólio estatal da Petrobrás e da Eletrobrás, entre outras medidas prejudiciais ao patrimônio público, como a aprovação da Lei 13.365/2016 (Lei do Pré-Sal), a qual altera as regras para exploração do petróleo e do gás natural em águas profundas, extingue a atuação obrigatória da Petrobrás em todos os consórcios formados para a produção nessa área, o que, na prática, visa a transferir o patrimônio do povo brasileiro ao grande capital internacional.

É com essa lógica privatista, a qual anula direitos e corta recursos, que a proposta educacional do governo Temer dialoga, apesar da propaganda oficial saudá-la como a propulsora da retomada do progresso e, também, da ordem, balizares do autoritarismo positivista brasileiro. Ludibrium a população ao afirmar

⁸ Escola mantida com recursos públicos, mas cuja gestão é privada. Esse modelo é apontado como principal referência de 'excelência' na contrarreforma projetada, trazendo a lógica da gestão privada: rebaixamento salarial, precarização das relações trabalhistas e padronização curricular. No Brasil, alguns estados já estão implementando, em caráter experimental, a transferência da gestão das escolas para organizações sociais (OS), impactando negativamente nas condições de trabalho, na carreira e no salário dos professores.

que elas garantirão os empregos perdidos em um breve futuro e que beneficiarão os mais pobres. Os dois carros-chefes das políticas educacionais – o Novo Ensino Médio e a BNCC – aliados ao desfinanciamento da educação pública, lançam as bases para uma formação estrita para o trabalho e para o esvaziamento curricular, além de deslocarem para os estados a responsabilidade pela estrutura curricular do ensino médio a ser ofertado.

Esse modelo considera a educação para o trabalho a vocação histórica dos filhos e das filhas da classe trabalhadora, ainda que o discurso oficial afirme que garantirá a ‘igualdade de oportunidades’, já que o currículo seguirá o mesmo padrão. Essa proposta apresenta como discurso midiático a flexibilidade e a diversidade, mas, na prática, impõe padronização e regulação extremas. Além disso, desqualifica e desprofissionaliza o professor, acentuando a sua desvalorização.

Essa concepção, incorporada pelo atual governo, considera como uma despesa desnecessária a escolarização dos pobres, já que, limitando os gastos públicos, os investimentos em educação serão drasticamente reduzidos. Por conseguinte, ao persistir nessa concepção de educação, o governo evidencia não só o seu descompasso com as conquistas da classe trabalhadora, mas também com a dinâmica do capitalismo hodierno, o qual tem a dependência de uma força de trabalho mais escolarizada entre suas contradições. Dessa forma, condena-se o país a retroagir a um papel de fornecedor de grãos, carne, minérios e matérias primas para o mercado mundial e de detentor de uma “mão de obra” altamente alienada, desqualificada e de baixo custo.

Liberdade, autonomia, igualdade civil e responsabilidade são conceitos caros aos liberais e são utilizados intensamente na proposta do novo Ensino Médio, como se aqueles sujeitos que dependem do Estado para se escolarizar tivessem

como exercer sua autonomia em face de um projeto educacional que tem na formação para o trabalho simples o seu limite.

É importante salientar que a escolarização das massas no século XIX foi utilizada como uma estratégia para forjar um cidadão afinado com os valores e com os objetivos do Estado Nação. No Brasil, a escolarização das massas só foi assumida pelo Estado nos anos 1980, mas sem que fossem criadas as condições necessárias para a elevação com qualidade do patamar educacional da população. Assim, a luta por conquistas educacionais aqui, como a oferta de uma educação básica pública e gratuita, laica e de qualidade para as camadas populares, decorreu de embates paulatinos e não lineares e não significou um efetivo compromisso da sociedade com a escolarização da população.

O modelo educacional que está sendo adotado pelo governo Temer e que se apresenta como inovador e salvacionista não traz nenhuma novidade que não tenha sido intentada, sem eficácia, nos anos 1990⁹. A inovação é apenas na aparência, pois em sua essência esse modelo dialoga com uma concepção de educação e de homem que predominou na organização da educação nacional ao longo de nossa história: a falta de um compromisso efetivo do Estado brasileiro com a escolarização do conjunto da população. Alceu Ferraro (2008) sustenta a tese de que a principal dívida do Estado brasileiro é a educacional com 'os de baixo'. No seu entendimento, essa dívida representa "um dos componentes da imensa dívida social acumulada que, por sinal, a ideologia neoliberal não só não reconhece, como tenta sistematicamente desqualificar" (FERRARO, 2008, p. 275).

⁹ Não por acaso e nada surpreendente temos o cargo de Secretária executiva do MEC do Ministro Mendonça Filho ocupado pela mesma pessoa que o ocupou no Ministério de Paulo Renato, no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Cabe destacar que a EC 59/2009 determinou que, a partir de 2016, a escolaridade básica obrigatória fosse estendida de 9 para 14 anos de duração, atendendo a crianças a partir de 4 anos e os jovens até 18 anos. Tal ampliação de anos de estudo configurou uma enorme conquista, mas esvaziada de qualidade com a Reforma do Ensino Médio.

Essa mudança mantém como obrigatórias apenas as disciplinas de matemática, de português e de inglês e, ao instituir uma flexibilização por itinerários formativos, na prática, impõem aos estudantes mais pobres, aqueles que cursam o ensino médio em escolas da rede pública, unidades escolares sem os devidos recursos humanos e materiais para ofertar opções curriculares.

Ao promover o desfinanciamento de direitos sociais e legalizar o trabalho precário, o governo Temer confirma a sua opção por uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, pois, ao declinar de escolarizar a população, abdica da construção de um projeto nacional em consonância com a dinâmica atual do capitalismo. Logo, confirma-se o compromisso precário das elites políticas e econômicas com o desenvolvimento do país. Afinal, o incremento proposto pelos grupos que comandam o Brasil pressupõe investimentos sociais alimentado por sua profunda aversão a medidas que apontem para qualquer redução das desigualdades ou que promovam a retirada da miséria de parcela dos segmentos excluídos¹⁰. Tais características, a par da desvalorização dos processos democráticos, mostram que as elites brasileiras podem ser qualificadas como atrasadas, como analisa Jessé Souza (2009).

O curioso é que a dissociação sobre a qual falamos mais acima acentua a miopia da elite governante, que não consegue enxergar seu protagonismo na produção permanente das mazelas de que tanto se queixa (violência, emergência

¹⁰ Destaco aqui dois lemas desses governos: 'Brasil, um país de todos' (Lula) e 'País rico é país sem pobreza' (Dilma) em contraponto ao de Temer: 'Ordem e Progresso'.

sanitária, desastres ambientais etc.). Isso nada mais é do que um fruto da ausência de um projeto nacional e do predomínio da lógica do dinheiro (mercado) sobre o homem (o social). Incapaz de enxergar que a produção da riqueza que acumula é dependente da mão de obra e do consumo das classes trabalhadoras, os detentores do poder econômico sentem-se constantemente ameaçados com os anseios e as demandas por justiça social e por aprofundamento do processo democrático.

O panorama desorientador que se coloca para aqueles que defendem uma escola básica pública, laica, gratuita e de qualidade é que alguns obstáculos que pareciam superados, como a extensão/cobertura da educação básica e a garantia de seu financiamento, foram recolocados pelo Governo Temer. Isso em um movimento de inversão e de esvaziamento do projeto de democratização da educação básica em curso desde o final dos anos 1980 e assegurado constitucionalmente. Esse influxo que atinge as políticas educacionais vem acompanhado da progressiva retirada de direitos sociais e de avanço do pensamento conservador no campo político e cultural.

Esse espírito comum unifica os diferentes segmentos que apoiaram o impeachment de Dilma Rousseff: a reação às políticas inclusivas que apenas ameaçaram diminuir as diferenças sociais. Contraditoriamente, pressupostos liberais são abandonados em nome da ampliação de uma base aliada que confirme os golpistas no poder. Além disso, forja-se uma precária aliança com os defensores da ordem e do pensamento conservador, autoritário, antipopular e antidemocrático.

Um exemplo disso é a inclusão do Ensino Religioso como uma das áreas da BNCC (Ensino Fundamental). Tal inserção representa uma expressão dessa união de interesses contraditórios, afinal, não sinaliza a importância atribuída pelas elites nacionais à religião em si, mas explicita o papel que o ensino

religioso parece desempenhar na difusão de valores conservadores, que auxiliam na manutenção da ordem e da hierarquia.

Tal qual a docilização dos gentios pela catequese, o ensino religioso parece que desloca tendencialmente o olhar do indivíduo da realidade concreta para a busca da salvação pessoal pós-morte. Assim, temos o adiamento da realização pessoal, a consciência exotérica da igualdade de todos e a substituição de lutas coletivas por uma busca espiritual individual: fenômeno que não pode ser minimizado no campo político, tendo em vista o aumento da bancada fundamentalista e o crescimento do pensamento conservador.

Nesse mesmo contexto de conservadorismo, cabe ainda ressaltar a emergência do Projeto 'Escola sem partido', que amordaça o professor, ameaçando-o de ser criminalmente responsabilizado pelo que denominam de 'assédio ideológico'. Claramente inconstitucional, ele contraria os princípios do pluralismo de pensamento e de ideias e a livre expressão, comprometendo a autonomia e a liberdade de professores e de alunos ensinarem e aprenderem. Logo,

considera como válidos determinados conteúdos que reforcem princípios da ordem social e política estabelecida e cenários aqueles que representa crítica e problematizadora dessa mesma realidade. (OLIVEIRA; ASSIS; LIMA; 2017, p. 509).

Assim, acentua-se o papel conservador da educação, de reprodução das desigualdades socioeconômicas confirmadas pelo baixo índice de desempenho acadêmico, uma estratégia para docilizar as massas, e afasta-se a possibilidade de a escolarização tornar-se um instrumento propulsor, se não da emancipação, como ansiava Paulo Freire (1978), pelo menos da possibilidade de melhores e maiores oportunidades de vida e de trabalho.

No Brasil contemporâneo, assistimos a um movimento político regressivo, de destruição dos ideais republicanos, inicialmente orquestrado por setores da

burguesia em nome de uma pseudoeugenia política, mas posteriormente apoiado por outros setores da burguesia e da sociedade que, empunhando a bandeira da ordem e da moralidade, promovem a união de liberais e de conservadores – tal qual na França do século XIX – e o chamamento a intervenções militares.

Como bem asseverou Marx (2011), a história só se repete como farsa. Por isso, na próxima seção, propomos um *detour* sobre os acontecimentos relatados pelo filósofo sobre o golpe de Estado que dissolve a Segunda República Francesa (1848-1852), a fim de refletir sobre alguns elementos que parecem mover a burguesia na busca da preservação de seus interesses e na hegemonização deles para o conjunto da sociedade. Acreditamos que a análise desse pensador ajuda entender o processo do golpe em curso no Brasil, já que a mesma “relaciona, dialeticamente, os choques entre classes e frações de classes, e o papel das lideranças” (OITICICA, 2012, s/pagina) na condução do processo que legitimou o golpe.

Contrapontos: o que o passado nos ensina?

Em seu exame sobre o golpe de Luís Bonaparte¹¹, Marx (2011) afirma que “a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa” ao se referir 52 anos depois à reedição do Golpe de 18 de Brumário¹², dessa vez impetrado pelo sobrinho de Napoleão Bonaparte. Da mesma forma, ainda que tal comparação possa soar anacrônica, tomamos a liberdade de reconhecer

¹¹ Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, presidente da República, eleito em 1848, dissolve a Assembleia Legislativa com um Golpe de Estado em dezembro de 1851.

¹² Em 9 de novembro de 1899 (18 de Brumário, pelo calendário revolucionário), Napoleão Bonaparte, com o apoio da burguesia e dos militares, dá um golpe de Estado e dissolve o Diretório (1894-1899) do qual era um dos 5 membros, passando a exercer o poder executivo com o título de Primeiro Consul, fato que marca o fim da Primeira República francesa (1792-1799). Em 1804, um plebiscito o autoriza a assumir o título de imperador Napoleão I.

como farsa a reedição em 2016 de um golpe que guarda similaridades com o de 1964, já que ambos se constituíram como tentativas de frear os anseios populares e a implantação de medidas que poderiam diminuir as desigualdades socioeconômicas.

Cabe aqui uma breve consideração sobre o conceito de golpe de Estado em uma acepção contemporânea, no qual se envolvem mais atores no ato de conquista do poder político do que apenas a figura do governante¹³, o que supera a personificação clássica da intriga palaciana. Por meios e recursos excepcionais, os golpes de Estado promovem uma mudança institucional, visando a uma ‘alteração radical na distribuição do poder entre as instituições políticas’, na qual uma fração do aparelho do Estado assume o protagonismo do movimento. Em editorial recente, vemos a explicitação dos orquestradores do

golpe de Estado impetrado no dia 31 de agosto de 2016, pelo Congresso Nacional, com a cumplicidade do Sumo Tribunal Federal (STF) e apoio incondicional dos grandes meios de comunicação, parte constitutiva da elite econômica brasileira e uma das beneficiárias do golpe de Estado. (OLIVEIRA; ASSIS; LIMA; 2017, p. 507).

Resguardadas todas as diferenças conjunturais, de método, de resultado e de formas de governo, além da distância espacial e temporal, centramos nossa comparação à similaridade nos golpes de Estado no Brasil. É evidente os aspectos em comum, como o apoio das camadas médias, a ênfase no combate à corrupção – pretexto utilizado para executá-lo na veemência do discurso conservador e reforçado por um fundamentalismo religioso que se dissemina – assim como a manipulação da opinião pública¹⁴ pela mídia.

¹³ O golpe de Estado não depende apenas do governante, responsável por executar o golpe e ocupar o poder, mas da sua rede de apoio, ou seja, dos atores coletivos que estão fora do Governo, mas dentro da máquina do Estado, como os parlamentares, as forças armadas, a burocracia estatal. (BIANCHI, 2016).

¹⁴ Na tradição liberal, o golpe de Estado representaria a vontade geral da população. Nesse processo, a opinião pública tem um papel considerável, mesmo que manipulada. Já em uma concepção conservadora e autoritária, o recurso a uma autoridade maior e mais forte, uma

Poderíamos pensar que o caráter legalista, judiciário e midiático são ‘novidades’ do processo atual. Entretanto, esses elementos já estavam presentes em 1964, pois a ação das Forças Armadas contou com a anuência desses dois poderes, que deram ares de legalidade ao golpe, autointitulado de Revolução. No mais, ainda houve um forte apoio da mídia na conformação da opinião pública ‘míope’ pela censura e pela propaganda oficial.

Cabe registrar que, na França de 1799 e 1851, como no Brasil de 1964 e 2016, os golpes de Estado ocorreram em momento de instabilidade política e econômica e com apoio de segmentos da população e da máquina estatal que apresentavam motivos e interesses diversos. A burguesia, detentora dos meios de produção e de comunicação, exerceu papel central, mascarando a defesa de seus interesses de classe com o discurso da manutenção da ordem e da defesa dos ideais republicanos, ainda que as ações se voltem em direção contrária. Tanto em 1964 quanto em 2016, os interesses da burguesia são preservados, mas ela não ocupa, diretamente, o governo.

Segundo a análise de Marx (2011, p. 81) sobre o golpe de 1851 na França, a burguesia abre mão do poder político para “continuar a explorar as demais classes” e desfrutar pacatamente e “sem percalços a propriedade, a família, a religião e a ordem”. Dessa forma, a burguesia condena sua própria classe “à mesma nulidade política que todas as demais classes”, pois para salvar seu capital, sua bolsa, abre mão não só do poder político mas se submete às sanções impostas pelo aparelho repressivo, e desse modo, “a espada destinada

instituição mais duradoura, como o Exército, pode prescindir da opinião pública. Os golpes militares, com caráter reacionário e antiliberal, quase sempre inaugurando ditaduras, foram recorrentes e predominantes ao longo do século XX e em todos os continentes, embora mais frequentes na África e na América do Sul. (BIANCHI, 2016).

a protegê-la deveria ser pendurada sobre a sua própria cabeça” (MARX, 2011, p. 82).

Nesse sentido, podemos inferir que o que move e unifica a burguesia não são os ideais políticos, muito menos a adesão a uma concepção de sociedade ou de regime político, mas a pertinência de determinado projeto político à dinâmica de expansão e de concentração do capital. Essa lógica faz com que alianças improváveis se viabilizem em prol da manutenção do *status quo*. No Brasil aconteceu a associação de partidos com bases distintas – os neoliberais e os fundamentalistas conservadores – formando uma aliança esdrúxula, mas eficaz para constituir uma base parlamentar aliada que fornece sustentação ao governo Temer. Da mesma forma, Marx (2011) relata que a Segunda República Francesa (1848-1852) conseguiu conciliar interesses políticos de distintos segmentos que tinham no capital e na propriedade da terra seu ponto de convergência: ‘havia encontrado a forma de Estado em que poderiam governar *conjuntamente*’, mantendo a ordem ansiada pela burguesia (MARX, 2011, p.48).

Segundo a análise de Marx (2011), a curta duração da Segunda República (1848-1852) pode ser subdividida em três períodos: o revolucionário, o da Assembleia Constituinte e o da Assembleia Nacional Legislativa, nos quais a burguesia teve papéis diferenciados. O momento inicial, revolucionário, tem início na insurreição popular contra a monarquia do rei Luís Felipe, provocando a sua queda. Esse período, de cerca de três meses, é marcado pela disparidade de interesses¹⁵ e pela hesitação política das forças, momentaneamente aliadas, que integram o Governo provisório. Há nele alguns avanços: o sufrágio universal masculino, a redução da jornada de trabalho de 12 para 10 horas diárias e a convocação de eleições para a Assembleia Constituinte. O cenário de

¹⁵ A burguesia moderada anseia por ordem e estabilidade. A pequena burguesia republicana defende a implantação da República e o sufrágio universal. Os socialistas reivindicam a melhoria das condições operárias.

instabilidade política e econômica acirra o temor de uma revolução social que ameace a propriedade privada, a hierarquia social e as tradições, aproximando segmentos sociais dispares: alta burguesia, pequenos burgueses, camponeses. A criação do Partido da Ordem¹⁶, que elege a ampla maioria dos deputados vinculados à burguesia e aos latifundiários e domina a Assembleia Constituinte, representa a superação das divergências da elite dominante com o objetivo de enfrentar o "perigo vermelho" e anular as conquistas dos trabalhadores.

Na França oitocentista, o ataque mirava os socialistas e as entidades que organizavam o operariado urbano; no Brasil atual, o PT e os movimentos sociais, com destaque para os sindicatos. Segundo a ideologia burguesa, governos que ameacem mudar a ordem estabelecida e subverter o mérito institucionalizado devem ser substituídos. Dada a necessidade premente de efetuar um retrocesso que anule as conquistas dos historicamente excluídos, falhada a via eleitoral, à burguesia resta apenas a instituição de um estado de exceção – assim ocorreu em 1964 e agora em 2016 – que ‘ao negar a lei, principal produto da soberania popular, toma de assalto a democracia’, como assevera Valim (2017), como ocorrera na França em 1851.

O segundo período, da Assembleia Constituinte, primeiro órgão legislativo francês que teve os membros eleitos por sufrágio universal, dura um ano e se estende até maio de 1849. Nesse período, a direção política está na mão da burguesia industrial, que domina o Partido da Ordem, e tem como aliados a aristocracia financeira, a pequena burguesia, as camadas médias e os intelectuais de prestígio, além do apoio do campesinato, do exército e do clero. A República burguesa é pouco sensível aos problemas do operariado, o qual

¹⁶ O Partido da Ordem representava a defesa da propriedade e tinha influência nacional. Apoiado pelos notáveis das cidades e aldeias rurais, ele elegeu 700 deputados, a maioria composta por monarquistas e republicanos moderados, dentre os quais estava Luis Bonaparte. Os republicanos radicais e os socialistas conseguiram eleger menos de 100 deputados.

reivindica uma reforma social em que o ideal de igualdade defendido se estenda à esfera econômica, o que ocorre parcialmente durante a Revolução Francesa.

Dominada pelo Partido da Ordem, a Assembleia Constituinte combate as reivindicações socialistas, o que provoca a reação dos operários, severamente reprimidos. Para esmagar a insurreição operária de junho de 1848, o governo decreta estado de sítio e concede poderes ditatoriais ao ministro da Guerra, general Cavaignac. O militar promove violento massacre – mais de 3 mil mortos – a que se segue dura repressão: 12.000 presos e 4 mil deportados para a Argélia, jornais suspensos, reuniões públicas proibidas e associações políticas postas sob o controle da polícia. A república burguesa afastou o perigo de uma "revolução social", neutralizando o operariado. Este ainda tentará posteriormente retomar a ofensiva cada vez com menos força.

Eleito presidente da República com votação expressiva¹⁷, Luís Bonaparte tem o apoio de diferentes setores da sociedade em uma composição de interesses diversos: do Exército, saudosos das glórias militares; da alta e da pequena burguesia, que queriam a manutenção da ordem, a retomada do progresso e o combate às ideias socialistas; e do proletariado, que repudia a candidatura do General Cavaignac. Entretanto, na visão de Marx, a eleição foi “uma reação do campo contra a cidade” e determinada pelos votos da maioria camponesa. Tal composição, urdida em torno de interesses de classes tão diversos, não só garantiu a eleição, como também não opôs resistência ao golpe de Estado, que ocorre cerca de dois anos depois. Ao contrário, o encampou, após a total desmoralização do parlamento e, em sentido lato, da democracia republicana. Em maio de 1849, a Assembleia Constituinte é dissolvida antes do prazo por pressão dos setores mais conservadores da aliança burguesa.

¹⁷ Cerca de 5,5 milhões de votos (73% do total), a maioria do campesinato, deve o sobrenome ao tio, que garantiu suas propriedades quando o clero e a nobreza ameaçaram retomá-las.

Começa o terceiro e último período, o da Assembleia Nacional Legislativa, que finda com o golpe de Estado em dezembro de 1851¹⁸. Nesse período, todas as forças se enfrentarão na Assembleia Legislativa. O Partido da Ordem governa efetivamente¹⁹, ostentando o poder e o ideário da burguesia. Suas ações desmembram a oposição e fazem o povo se insurgir contra as instituições democráticas, como o parlamento e a constituição. Marx (2011) caracteriza esse período como marcado pela “mais variada mistura de contradições gritantes”, a saber, “constitucionalistas que conspiram contra a Constituição; revolucionários que admitem ser constitucionalistas”, entre outras tantas. Além disso, denuncia alianças insustentáveis entre campos ideológicos opostos, como republicanos e monarquistas: “uniões, cuja primeira cláusula é a separação; lutas, cuja primeira lei é a indecisão”. (MARX, 2011, p. 56).

Como na França da Segunda República, onde segmentos sociais com interesses diversos e até opostos apoiam um golpe de Estado que prometia garantir a ordem pública e dominar as massas trabalhadoras, boicotando e reprimindo seus anseios por direitos sociais, vemos, no Brasil de 1964, as camadas médias, os setores católicos, as oligarquias rurais e o empresariado nacional apoiando o movimento capitaneado pelos militares. Em nome da ordem e da defesa da hierarquia, do combate à inflação e à corrupção, adubado pelo temor da esquerdização do governo, acelerado pela tentativa de instituição de reformas de base que ameaçariam os interesses da burguesia, derruba-se o governo legítimo e se instaura um regime de exceção que durará 21 anos.

Cabe destacar que a mídia, tanto no regime militar (1964-1985) quanto no momento atual, tem desempenhado um importante papel na manutenção

¹⁸ O golpe de Luís Bonaparte é ratificado por plebiscito, no qual obtém 7,5 milhões de votos favoráveis. Uma nova Constituição lhe dá poderes ditatoriais por 10 anos e o título de consul. Em novembro de 1852, outro plebiscito (95% de votos favoráveis) o autoriza a tornar-se o imperador Napoleão III.

¹⁹ Luiz Napoleão se deixa ofuscar, permitindo que o parlamento e o ministério se desgastem.

ideológica pela alienação. Essa ditadura civil-militar sufoca a luta dos trabalhadores e atrasa por duas décadas suas reivindicações por justiça social e direitos de cidadania. Em 1988, a Constituição Federal os institui, devido ao amplo processo de participação que acompanhou a redemocratização do país. Seguem-se governos neoliberais que implantam um projeto de Estado, frontalmente contrário ao pensado na Constituinte, no qual predominam os interesses mercadológicos. O temor da ‘ameaça comunista’ e a desconfiança com o governo João Goulart – desse modo como hoje: a aversão ao programa petista e à figura de Lula – são alimentados pela mídia²⁰ que defende os interesses do grande capital e das oligarquias rurais e camufla o real interesse de enfraquecer as lutas da classe trabalhadora que, em 1964, ampliava a cada dia suas reivindicações e, em 2016, já tinha assegurado parte delas como direitos.

A associação de correntes políticas opostas em defesa dos interesses da burguesia contra os de todas as demais classes sociais, especialmente o perigo que representava a organização dos trabalhadores e das suas conquistas, é a marca da Segunda República Francesa. Marx (2011, p. 60) destaca que apesar das marcantes diferenças que separavam as “diferentes matizes do monarquismo” que constituíam o Partido da Ordem, centradas em “suas condições materiais de existência”, no “velho contraste entre a cidade e o campo” e na “rivalidade entre capital e latifúndio”, unia-os a defesa da ordem, isto é, dos seus reais interesses, comuns a grande propriedade fundiária e ao capital, constituído pelas grandes finanças, grande indústria e grande comércio”.

²⁰ Os mesmos veículos midiáticos, homogeneizados e antidemocráticos, que deram sustentação ao regime militar, e que, nos últimos anos, atacaram as ações sociais dos governos do PT, e recentemente apoiaram o movimento de *impeachment* e defendem, acintosamente, as contrarreformas do Governo Temer, justificando as medidas antipopulares.

Por conseguinte, a articulação empreendida pelo Partido da Ordem para que a Assembleia Nacional se autodissolvesse abriu espaço para o golpe de Estado, devido ao descrédito na política representada pelos parlamentares. Nesse processo, a manipulação da opinião contribui para que o povo se insurja contra as instituições democráticas, aponta a contradição de que do próprio parlamento partiu o movimento que inflamou “as massas não orgânicas do povo contra a Assembleia Nacional, a expressão constitucionalmente organizada do povo”, como explicita Marx (2011, p. 50).

Para Marx (2011), a dissolução da Assembleia Nacional impediria que ela elaborasse as leis orgânicas complementares à Constituição e que abrangiam desde as áreas de ensino e religião até a regulamentação das responsabilidades do Presidente da República. Era do interesse da burguesia que essas leis fossem elaboradas sob o seu ponto de vista. Assim, o acirramento da crise socioeconômica e os protestos dos camponeses forneceram a justificativa para a resposta conservadora do governo: a abolição da laicidade do ensino, com a volta do ensino religioso nas escolas visando a inculcar o conformismo nas massas. O proletariado sai de cena, já não tem nem força nem interesse em defender uma instituição desmoralizada e os próprios republicanos burgueses que ocupavam cadeira na Assembleia Nacional não lutaram com eficácia contra o golpe.

Bonaparte se apoia no *lumpen* e no campesinato conservador, atrasado e isolado, o qual via nele a restauração de um tempo passado e a garantia de sua propriedade. Para Marx (2011, p.142), o “escolhido dos camponeses ... é o Bonaparte que pôs em fuga o Parlamento burguês”, o que ressalta o caráter antirrepublicano do golpe. O planejamento e a execução do golpe têm como recurso a corrupção e a força.

A derrota da República é a derrocada da burguesia como classe dominante, espoliada do poder político em nome da defesa da ordem burguesa. Cabe destacar mais uma similaridade entre o Golpe de Luis Bonaparte e o de Michel Temer, a saber, o uso da máquina pública cooptada pela corrupção para a manutenção de uma base aliada que apoie o golpe²¹.

Segundo Marx (2011, p.137-138), a burguesia recebeu de Bonaparte, a quem ajudou a eleger, o que impingiu à classe trabalhadora, isto é, a submissão ao poder do Estado: o estado de sítio, o domínio do sabre, a destruição da imprensa revolucionária, a vigilância da polícia sobre as assembleias, a substituição dos júris por comissões militares, a deportação sem julgamento, a submissão da educação pública à religião, a repressão às manifestações da sociedade. Como ressaltou Marx (2011, p.138), a burguesia, levada pelo amor ao dinheiro, permitiu a perseguição aos políticos e aos homens de letras e, ao fim, teve “sua bolsa assaltada, sua boca amordaçada e sua pena quebrada”.

Tal qual a França da Segunda República, no Brasil de 1964, a burguesia via na perturbação política o agravamento do quadro econômico e abraçava a ordem, qualquer que fosse, como salvadora do caos, desde que não revolucionária.

Durante o regime militar, os sindicatos foram alvo de violenta repressão e os trabalhadores submetidos a forte arrocho salarial. Apenas no final dos anos de 1970, o movimento operário recupera sua vitalidade, impulsionando o processo de abertura política. No seio desse movimento, é criado o Partido dos Trabalhadores (PT) que, a partir das eleições de 2002 e nas três subsequentes, elege o presidente da República.

²¹ Ao contrário de Luís Napoleão, que gozava de ampla popularidade, comprovada pelos seus resultados eleitorais, Temer é considerado o presidente mais impopular da história do Brasil, com índices de rejeição que superam 90% e aprovação de menos de 5%, nas pesquisa de opinião.

Os governos geridos pelo PT, entre 2003 e 2016, favoreceram a ampliação de direitos e conquistas sociais dos trabalhadores, o que parece conflitar com os interesses da burguesia. Assim, uma das medidas implantadas pelo Governo Temer, a reforma trabalhista, institui a retirada dos direitos dos trabalhadores e o enfraquecimento dos sindicatos, atendendo a anseios do empresariado nacional e da burguesia. A aprovação da reforma por ampla maioria no parlamento, nos permite aferir que as demandas do capital sobrepõem a diversidade ideológica e de classe dos diferentes partidos, aliando os representantes das oligarquias rurais e o empresariado comercial-industrial urbano, conservadores e neoliberais, e as bancadas vinculadas ao fundamentalismo religioso e as forças de segurança em uma pauta comum: o ataque à classe trabalhadora e às ações inclusivas que ampliaram direitos de parcelas historicamente excluídas.

Nesse cenário de retrocesso, as políticas educacionais têm lugar privilegiado. Marco do processo de redemocratização do país, a Constituição Federal de 1988 assegurou aos cidadãos brasileiros direitos civis, políticos e sociais. A educação, reconhecida como um direito público subjetivo do indivíduo, teve a sua oferta e o seu financiamento estabelecidos como dever do Estado e responsabilidade dos entes federados. A ampliação da extensão da educação básica, nos últimos anos, atende a demandas de diferentes segmentos sociais pela elevação da escolaridade média da população e pela melhoria do ensino básico público. Ações inclusivas alargaram as garantias de permanência e democratizaram o acesso de segmentos historicamente excluídos da escolarização básica e superior.

O impeachment de Dilma Rousseff se dá para atender aos interesses das frações das elites econômicas que, à semelhança da burguesia francesa da Segunda República, atuam no Congresso Nacional. Elas representam a soma de interesses privados, contrários ao bem comum. Dessa maneira, vemos a

edição de medidas que desqualificam a educação pública, sucateiam as universidades, desfinanciam a pesquisa e a cultura e atacam os direitos de estudantes e de profissionais da educação. Nesse cenário de exceção e de retrocesso, evidencia-se (a) o desmonte da esfera pública – serviço, saúde, educação, previdência – em nome de um Estado Mínimo em relação aos direitos sociais, que entretanto continua submisso às demandas do grande capital; e (b) a aparente incapacidade de setores das elites brasileiras de aceitarem o movimento de aprofundamento do processo democrático para além do comparecimento periódico dos cidadãos nas eleições. Isso parece indicar que, para os orquestradores dos golpes, só é possível a coexistência entre democracia e desigualdade se o impulso igualitário for controlado.

Nesse contexto, a democracia que parece coadunar com os interesses das camadas dominantes brasileiras é a que se materializa dissociada da soberania popular. Para Miguel (2018), essa resistência das elites brasileiras às tentativas, mesmo que tímidas, de redução das desigualdades faz com que a nossa sociedade engendre uma noção de democracia que só se sustenta pela negação da democracia em seu sentido estrito.

Num país como o Brasil, cujas classes dominantes são tão arreadas a qualquer diminuição da distância que as separa do resto da população, isto significa uma democracia que, na tentativa sempre frustrada de se afirmar consolidada, nega permanentemente a si mesma. Como o golpe demonstrou de forma cabal, mesmo o programa reformista mais tímido possível, aquele que o PT no poder adotou, foi demasiado. (MIGUEL, 2018, s/p).

Se considerarmos que o Brasil é campeão em concentração de renda e desigualdade social e que o Governo Temer, atuando como um Robin Hood às avessas, tira dos pobres para dar aos ricos, é compreensível sua sustentação no governo, já que os que compõem o reduzido percentual que lhe proporciona sustentação controlam a riqueza socialmente produzida e os meios de

divulgação e propaganda, assegurando a produção de um falso consenso pela manipulação da opinião pública.

Considerações não conclusivas

Nossas conclusões são ainda provisórias, mas já mostram que o desmonte da educação pública é marcado pelo forte controle da gestão e do currículo e pela redução de investimentos e atende a um projeto de país e de educação descomprometidos com a superação das enormes desigualdades e da absurda concentração de renda. Tal projeto é submisso aos interesses do grande capital nacional e internacional e destina o país a um papel subalterno na divisão internacional do trabalho.

Desse modo, a partir de uma perspectiva econômica neoliberal, questiona-se a necessidade de escolarização do conjunto da população para além do mínimo necessário para consumir e trabalhar. O patamar de desenvolvimento técnico-científico contemporâneo, além de baratear produtos e serviços, tornou a operacionalização de um conjunto de parafernálias eletrônicas extremamente fácil e não requer uma trajetória escolar consistente. A demanda do mercado por um trabalhador com domínio de leitura e de interpretação de textos e domínio mínimo do universo digital não requer uma escolarização de longa duração para a inserção do trabalhador ao trabalho simples. A redução dos gastos com direitos sociais e a reconfiguração da educação básica para menos dialogam, a um só tempo, com esse discurso e com o questionamento, tão caro aos liberais, sobre a pertinência do Estado financiar a educação e os outros serviços públicos para o conjunto da população.

Estamos convictos de que a redução do papel do Estado na garantia do direito à educação ameaça a elevação do patamar de qualidade do processo educativo

e institui uma educação básica com um currículo mínimo e esvaziado de criticidade, impedindo, na prática, a democratização do ensino, a elevação da qualidade de vida e o alcance a melhores e mais bem remunerados postos de trabalho. Assim, uma escolaridade mais longa e menos acidentada volta a ser um privilégio de poucos, confirmando a histórica exclusão das camadas populares.

As contrarreformas em curso visam à manutenção das desigualdades socioeconômicas e ao acirramento dos processos de exclusão. Nesse cenário, a educação pública, básica e superior, tem papel capital, daí as ações de desmonte avançarem nesse campo: desfinanciamento da educação pública, processos de desqualificação da escolaridade básica e aceleração do desmonte das estruturas das redes e sistemas públicos. Entretanto, a mídia dissemina uma forte propaganda que apresenta a política educacional do governo Temer como inovadora. Pergunto, com Souza (2009, p. 68): “Como foi e como é ainda possível se passar por avançado e crítico quando se é conservador e mesquinho?”

Nesse sentido, o esvaziamento curricular promovido pelo governo Temer, tanto com o ‘novo’ ensino médio quanto com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)²², encapsula a possibilidade de elevação da taxa de escolarização e de qualificação dos jovens pobres para alcançarem mais e melhores oportunidades de trabalho, representando o abandono de um reposicionamento do país na divisão internacional do trabalho. Ironicamente, ao refrear o direito do conjunto da população a uma trajetória educacional de longa duração, o atual governo

²² A BNCC já estava prevista no PNE aprovado em 2004 e sua primeira versão começou a ser elaborada em 2015, porém após a assunção de Temer e as mudanças no MEC a equipe de assessores e especialistas foi alterada, assim como os integrantes do MEC, dando uma outra direção na terceira versão. Em comum apenas o CONSED e UNDIME, destacando que essa entidade teve nova configuração a partir das eleições municipais de 2016. Se a BNCC não nasceu no atual governo, a apropriação política da concepção da base foi obra sua, e esta traz as marcas do controle, do aligeiramento, da padronização.

circunscreve a posição inferior do país no cenário mundial, acentuando o abismo social de um país extremamente desigual, destinado a manter-se periférico.

Em paralelo, toma corpo um discurso que culpabiliza os excluídos, os mais atingidos pelo sucateamento da saúde, da educação e da previdência e pela diminuição dos postos de trabalho, causados pela famigerada 'crise' que tem sido retroalimentada pelas próprias ações governamentais. Tal como na França oitocentista, podemos apontar como pano de fundo a resistência da burguesia e das camadas médias para fazer concessões aos 'de baixo' e/ou mesmo para contemplar outros projetos e outras perspectivas que não sejam os seus. Eles temem que para isso tenham de comprometer a desejada estabilidade e acabam por alimentar crises políticas, econômicas e institucionais.

Mais do que modelos em disputa, consideramos que a reformulação das políticas públicas de educação pelo alto dialoga com uma visão de mundo e de país que tem como horizonte a inserção subordinada na divisão internacional do trabalho e incorpora a concepção de educação do neoliberalismo com 'tempero' conservador. Os interesses que orientam essa reformulação estão associados a parcelas das elites econômicas comprometidas com o capital internacional e com a implantação de uma agenda para o Brasil despreocupada com as questões sociais e com processo de exclusão dos segmentos menos favorecidos econômico e socialmente, como ocorreu também em 1964.

Em síntese, destacamos que a manipulação da opinião pública pela imprensa, a desqualificação da esfera política e a aglutinação de segmentos sociais com interesses diversos, tanto na França do século XIX quanto no Brasil atual, configuram o cenário de desmonte que alicerça o golpe contra a democracia.

Referências bibliográficas

BIANCHI, Alvaro. O que é um golpe de Estado. 2016.

FERRARO, Alceu Ravello. Direito à Educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse?. Educ. Pesqui., Ago 2008, vol.34, no.2, p.273-289. ISSN 1517-9702.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 349p.

HAYEK, Friedrich August. *Os Fundamentos da liberdade*. São Paulo: Visão, 1983. 522 p.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. 413 p.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. 174p.

MIGUEL, Luis Felipe. O enterro da “democracia utópica”. In: *Blog da Boitempo*. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2018/02/22/o-enterro-da-democracia-utopica/> Publicado em 22fev2018. Acesso em 23fev2018.

OITICICA, Luis Felipe. O 18 de Brumário de Luis Bonaparte, uma leitura fundamental. Rio de Janeiro, Fundação Dinarco Reis, 2018. Disponível em <https://fdinarcoreis.org.br/fdr/2012/03/27/o-18-brumario-de-luis-bonaparte-uma-leitura-fundamental/> Publicado em 27mar2012. Acesso em 23fev2018

OLIVEIRA, Dalila A.; ASSIS Lucia M. de; LIMA, Daniela da C. B.P. Editorial. Educação pública em risco em um cenário político de instabilidade e retrocesso. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. RBP AE, v. 33, n. 3, set./dez. 2017, p. 507-520.

PEREIRA, Ilídio Medina. O discurso sobre a política de cotas raciais no jornalismo online. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. Vol. X, n. 3, set/dez 2008. p. 173-182.

SOUZA, Jessé. *A Ralé brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

VALIM, Rafael. Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo. In: *Jornal GGN*. Disponível em <https://jornalggm.com.br/noticia/estado-de-excecao-a-forma-juridica-do-neoliberalismo-por-rafael-valim>. Acesso em 23fev2018.

ONU. Estado da Insegurança Alimentar 2015 (SOFI 2015). Disponível em <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/343719/>. Acesso em 15mai2018.

ONU. Crescimento da renda dos 20% mais pobres ajudou Brasil a sair do mapa da fome. Disponível em <https://nacoesunidas.org/crescimento-da-renda-dos-20-mais-pobres-ajudou-brasil-a-sair-do-mapa-da-fome-diz-onu/>. Acesso em 15mai2018.

SOBRE AS AUTORAS

LUCÍLIA AUGUSTA LINO é professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).
E-mail: lucilialinop@yahoo.com.br

MARIA DA CONCEIÇÃO CALMON ARRUDA é Tecnologista em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).
E-mail: conceicaoarruda2010@hotmail.com

Recebido em: 24.03.2018
Aceito em: 20.06.2017